



## Expressões coletivas de mulheres assentadas: conquistas e retrocessos da autonomia

Larissa Sapiensa Galvão Leal<sup>1</sup>

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>

Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>

Alexandra Filipak<sup>3</sup>

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo é um recorte da tese "A construção da autonomia das mulheres rurais diante dos dilemas nos assentamentos" que deu continuidade às pesquisas realizadas pela autora e aos projetos do NUPEDOR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa nos assentamentos da região de Araraquara-SP, que teve como objetivo principal analisar como se dá a construção da autonomia das mulheres, identificando qual o lugar que a reprodução social ocupa na vida e no trabalho delas nos assentamentos e nas unidades familiares de produção, tendo como obstáculos a estrutura patriarcal e as desigualdades nas relações de gênero. Diante do cenário de desvalorização do trabalho da mulher nas atividades agrícolas tradicionais, as atividades consideradas não agrícolas podem viabilizar uma liberdade financeira, mesmo que parcial, para as mulheres assentadas, especialmente quando participam de organizações femininas, o que pode ser considerado fator de apoio à expressão de autonomia da mulher.

**Palavras-chave:** Autonomia feminina; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Gênero.

### Collective expressions of settled women: achievements and setbacks of autonomy

**Abstract:** This article is an excerpt from the thesis "The construction of the autonomy of rural women in the face of dilemmas in settlements" which continued the research carried out by the author and the NUPEDOR projects. It is a qualitative research in the settlements in the Araraquara region- SP, whose main objective was to analyze how the construction of women's autonomy takes place, identifying the place that social reproduction occupies in their lives and work in settlements and family production units, having as obstacles the patriarchal structure and the inequalities in gender relations. Given the scenario of devaluation of women's work in traditional agricultural activities, activities considered non-agricultural can provide financial freedom, even if partial, for settled women, especially when they participate in women's organizations, which can be considered a factor supporting women's expression of autonomy.

**Keywords:** Female Autonomy; Family Farming; Rural Settlements; Gender.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, Brasil. \*Autora Correspondente: [lari\\_sapiensa@hotmail.com](mailto:lari_sapiensa@hotmail.com).

<sup>2</sup>Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Carlos, Brasil.

<sup>3</sup>Instituto Federal de São Paulo – IFSP, São Paulo, Brasil.

## Introdução

O papel social da mulher, ao longo da história, foi relacionado à reprodução, aos cuidados e ao trabalho doméstico, limitando sua participação à esfera considerada produtiva nos espaços dos chamados quintais, que se referem ao espaço de produção da mulher, geralmente ao redor de casa e com saberes populares agroecológicos agregados (SALES, 2007). Os mais diversos e ricos conhecimentos tradicionais que são exercidos diariamente e passados às gerações seguintes também demonstram o valor afetivo e sentimental que lhe é agregado.

No artigo “Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais” (LEAL *et al.*, 2020), os principais resultados indicam que os quintais são lugares da agroecologia e do trabalho feminino, onde as mulheres aplicam conhecimentos tradicionais de manejo agrícola, contribuindo de maneira significativa para a economia das famílias com a produção de alimentos que garantem a qualidade e a regularidade das refeições cotidianas. As mulheres agricultoras detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais no que se refere a plantas, sementes e técnicas de plantio, sendo responsáveis pela reprodução de tais práticas e saberes nos quintais, contribuindo para a manutenção da cultura local e para o fortalecimento da agroecologia. Na mesma perspectiva, a dissertação de Gabriela Menezes, defendida em 2023 e intitulada “Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura”, constatou que os quintais produtivos são importantes na segurança alimentar das famílias por sua diversidade de espécies cultivadas e pela predominância do alimento livre de agrotóxicos. Além disso, observou o protagonismo das mulheres nos cuidados e na manutenção do local.

Os quintais produtivos são, portanto, experiências produtivas criadas socialmente pelas próprias mulheres do campo na busca por um espaço de trabalho produtivo que se mistura com os trabalhos de reprodução, doméstico e de cuidados que historicamente e socialmente são delegados a elas (FILIPAİK, 2017, p. 201). Esses quintais se caracterizam por influenciarem diretamente na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de proteína de origem animal (ALEIXO *et al.*, 2019), favorecendo, portanto, a segurança alimentar do núcleo familiar.

Nesse contexto das mulheres rurais, identifica-se a naturalização da subordinação que está relacionada à hierarquia existente nas famílias alicerçadas na divisão sexual do trabalho. “Esta diferenciação é determinada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar, tais como a divisão sexual do trabalho” (HERRERA, 2013, p. 4).

“Percebe-se, portanto, que as mulheres não possuem consciência da repressão de gênero a que estão sujeitas, pois elas próprias veem

naturalmente suas atividades ligadas à esfera doméstica - reprodutiva, ainda que tenham uma carga de trabalho excessivamente intensa e cansativa. Isso ocorre devido ao ideário de família nuclear existente no meio rural, com papéis bem definidos entre os membros do grupo familiar, que faz do homem o “chefe” da família e a mulher apenas mais um membro da mesma” (BEZERRA et al, 2018).

Somente na segunda metade do século XX surgiram os primeiros questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho, com os movimentos feministas. De acordo com Maccalóz e Melo (1997), esta mudança foi possível através do acesso à educação, à maior participação da mulher no mercado de trabalho e à sua inserção na política.

A proposta feminista justamente busca construir indicadores que permitam um olhar mais complexo da realidade econômica, incorporando dimensões que estão fora do mercado, como é o caso de todo o trabalho reprodutivo e de cuidados feito no âmbito doméstico pelas mulheres e, desta forma, contribuir para o desenho de políticas públicas que incidam para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres.

Esta realidade está diretamente ligada às questões de gênero e à invisibilidade do trabalho da mulher rural. O termo gênero tem como ponto de partida a compreensão das relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Para Menasche e Belém (1998), o termo gênero é um conceito relacional que indica a compreensão mais ampla dos diferentes papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, que são construídos historicamente, não determinados biologicamente e, onde a sociedade impõe uma relação de hierarquia e poder do homem sobre a mulher.

Os anos de 1980 foram um período de democratização do país e de forte atuação do movimento feminista, marcado também pela luta de constituição das políticas públicas voltadas para mulheres. “A relação com o Estado, sobretudo nos anos 1980 e 1990, era um ponto de debate e mesmo de tensão no interior do feminismo brasileiro” (GODINHO, 2007).

Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução com o Governo dando início a outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem uma questão para ser enfrentada por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. (RODRIGUES, 2005, p. 30).

Entre 2003 e 2015, foram pautadas políticas públicas de estímulo à

organização produtiva das mulheres rurais desenvolvidas pela agenda da construção da autonomia econômica, por meio da articulação entre políticas públicas com recorte de gênero e políticas específicas para as mulheres, como o estímulo à participação das organizações de mulheres nos programas de compras institucionais.

É importante destacar que os conceitos existentes na literatura sobre autonomia das mulheres são debatidos por diversos autores, geralmente relacionando às questões econômicas, provavelmente pela dificuldade de obtenção de autonomia sem qualquer forma de suporte financeiro (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

Segundo Kant, *apud* Rohden (2005), autonomia abarca a vontade do indivíduo conduzir seus atos de acordo com sua própria lei e razão prática, de forma que interesses externos não limitem sua vontade própria. Terssac (2012) conceitua autonomia como “a capacidade de se conduzir segundo suas próprias regras, à margem ou contra o sistema de regras oficiais”.

Após a década de 1980, se intensificaram os debates sobre a autonomia da mulher no meio rural associados aos movimentos sociais, o acesso às políticas públicas e ao reconhecimento social (FERRANTE *et al.*, 2013; HENN, 2013). Mesmo com a participação de mulheres nas lutas dos movimentos sociais pelos direitos dos agricultores, as mulheres foram excluídas dos direitos sociais adquiridos, pelos sindicatos serem em sua maioria representados por homens (ESMERALDO, 2013; SILIPRANDI, 2009). Esse período, portanto, foi de intensas manifestações dos grupos feministas de outros países em defesa do reconhecimento da identidade e da cultura (DEERE; LEÓN, 2002), o que contribuiu para o fortalecimento das mulheres rurais no Brasil na luta por direitos e políticas públicas para mulheres em diversas regiões do país (DEERE; LEÓN, 2002).

Siliprandi (2015) comenta que as mulheres participantes de movimentos sociais apresentaram papel fundamental na luta pelo reconhecimento do trabalho da mulher, da problematização das desigualdades na sociedade e nos núcleos familiares, e pela autonomia das mulheres. De acordo com a autora, as políticas públicas para mulheres podem se tornar de fato uma abertura para o desenvolvimento de autonomia, seja de caráter financeiro, político, pessoal ou de participação coletiva.

As autoras Nascimento e Mota (2019) analisaram diferentes estudos direcionados ao tema mulheres rurais e o conceito de autonomia:

“[...] o conceito de autonomia é problematizado e incorporado em diferentes sentidos e contextos, uma vez que os sujeitos nos quais buscamos entender o termo também estão inseridos em uma rede de relações sociais e, portanto, teoricamente possuem, além da autonomia coletiva, sua autonomia individual” (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

Para Soares (2011), a definição de autonomia da mulher se estabelece sob a tríade dos elementos físicos, econômicos e de decisões, traduzida na capacidade de poder decidir sobre sua própria vida, de acordo com seus próprios desejos dentro de um contexto histórico. Entretanto, diante da realidade das mulheres rurais, muitos são os obstáculos enfrentados que dificultam a conquista dessa autonomia, seja pelas especificidades das famílias, pela falta de oportunidades ou até pela própria noção de autonomia que elas possuem.

Fischer (2002) constatou que, para as trabalhadoras assalariadas, autonomia era a possibilidade de ter consciência dos seus direitos e deveres, fazer parte do orçamento familiar, ter liberdade para administrar seus recursos a partir do seu trabalho. No estudo de Vale (2015) sobre catadoras de babaçu, as mulheres foram identificadas como detentoras de autonomia por decidirem sobre os processos produtivos, como jornada de trabalho, horários e funções. A autora define autonomia, portanto, como uma relação mais equilibrada entre os membros da família no que tange aos processos produtivos do trabalho. Na pesquisa de Fernandes e Mota (2014), a autonomia também é caracterizada principalmente pela “autodeterminação para organizar e desenvolver seu trabalho”, para além da obtenção de renda.

Para Nascimento e Mota (2019), o conceito de autonomia é relativizado em estudos com mulheres rurais, associado à divisão dos bens financeiros e recursos de produção adquiridos pelo trabalho familiar. De acordo com as autoras, a autonomia da mulher discutida em campos distintos contribui na construção do conceito “na medida que permitem o tratamento dos dados em novas pesquisas com diferentes perspectivas”, sendo necessário ainda, assimilar esse conceito “a partir do ponto de vista das mulheres em diversos contextos” (NASCIMENTO; MOTA, 2019, p. 8).

Essa discussão é importante na compreensão dos impactos causados pela inserção das mulheres em relações sociais externas às familiares, incluindo-as de fato no universo inserido num contexto patriarcal como masculino, entendendo, portanto, se essa inserção proporciona realmente a liberdade de tomada de decisões individuais.

As cinco liberdades instrumentais citadas por Armatya Sen (1999) e consideradas em muitos trabalhos que tratam sobre o tema da autonomia da mulher são: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora como a noção principal para um desenvolvimento social lastreado na conquista da liberdade.

A autonomia da mulher é uma das questões nucleares no processo de desenvolvimento para muitos países no mundo atual. Segundo Sen (1999), em “Desenvolvimento como liberdade”, alguns fatores decisivos são a educação das mulheres, as suas oportunidades de emprego e os funcionamentos do mercado

de trabalho. O autor também considera, de modo secundário, a natureza dos sistemas de emprego, as atitudes da família e da sociedade para com a atividade econômica das mulheres e as condições relacionadas com a mudança dessas atitudes.

Silva (2010), desenvolvendo análise sobre o livro de Sen (1999), aponta que as mulheres não têm menos sucesso quando têm oportunidades que são comumente reservadas aos homens; os empreendimentos tendem a ter sucesso quando elas tomam a iniciativa e, em relação à participação econômica, o desvio da propriedade a favor dos homens dificulta o desenvolvimento das mulheres.

Nada, provavelmente, será hoje em dia tão importante na economia política do desenvolvimento como o necessário reconhecimento da participação e da chefia políticas, econômicas e sociais das mulheres. Esse é, na verdade, um aspecto fundamental do “desenvolvimento como liberdade” (SILVA, 2010).

Neste trabalho de análise de grupos produtivos e sociais de mulheres dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, utiliza-se como referência de autonomia da mulher rural a possibilidade de emancipação e empoderamento para além da autonomia econômica, num processo relacional não linear, com avanços e retrocessos, permeado por tensões, levando-se em conta as dimensões estruturantes do modelo patriarcal da sociedade e da família nos assentamentos.

Dentro deste contexto de autonomia, o presente trabalho tem como objetivo conhecer as estratégias dessas trabalhadoras rurais a partir das percepções sobre o dia a dia vivido por elas que as visibiliza como sujeitos de transformação de suas realidades, enfocando, principalmente, a vida cotidiana diante das mudanças ocorridas ao longo dos anos nos assentamentos.

Partindo disso, torna-se necessário identificar qual é o lugar que a reprodução social ocupa na vida e no trabalho das mulheres assentadas, no conjunto da estrutura dos assentamentos e nas unidades familiares de produção e compreender como essas mudanças configuram o espaço rural, modificando realidades tradicionais, formas de ser e estar nesse espaço, de modo a instaurar papéis sociais, com ênfase nas relações de gênero, considerando-se que existem gargalos na construção da autonomia da mulher no campo.

## Metodologia

A pesquisa foi realizada no Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara-SP, de responsabilidade do Governo Federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, constituído atualmente por 211 lotes agrícolas, e no Projeto de Assentamento Monte Alegre que fica numa tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão) e conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes, cujo responsável

é o Instituto de Terras do Estado de São Paulo/ITESP.

Destaca-se o papel importantíssimo dos assentamentos nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. No Bela Vista temos, por exemplo, famílias inseridas em Organizações de Controle Social como forma de comprovação de produção orgânica. Estes produtos são comercializados nas feiras da cidade disponibilizando alimentos de qualidade, sem veneno, a preços acessíveis para a população. O que é produzido no assentamento também favorece a economia do município, pois a renda gerada pelos agricultores é gasta no mercado local.

A este respeito, Ferrante e Barone (2011) destacam que as estratégias de diversificar a produção podem gerar autonomia para os assentados, no sentido de não depender da comercialização de um único produto agrícola ou de um único canal para comercializá-lo; além disso, a agricultura se volta para características mais tradicionais e sustentáveis, baseadas no uso dos recursos disponíveis localmente. Certamente, estes são pontos que podem promover a liberdade dos sujeitos em terem ações e subsídios, em como fazer para agir e se movimentar sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes relacionado ao agronegócio (FERRANTE, 2020).

Como metodologia optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação detalhada em cadernos de campo, acompanhamento de reuniões com grupos de mulheres e entrevistas individuais utilizando roteiros semiestruturados. No assentamento Monte Alegre, fizeram parte desta pesquisa participantes da Rede de Apoio às Mulheres do Assentamento Monte Alegre – RAMAS-Girassóis e mulheres da Associação das Mulheres do Monte Alegre – AMA. No assentamento Bela Vita do Chibarro foram entrevistadas algumas mulheres pertencentes à Associação de Mulheres Camponesas em Ação – AMCA, uma representante da Organização de Controle Social Bela Vista, e pioneiras do assentamento.

Visando o anonimato das entrevistadas desta pesquisa, optamos por citá-las com nomes de flores, conforme indicado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Resumo dos perfis das mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

Nome	Assentamento	Idade	Estado civil	Atividade principal	Principal área de atuação
Girassol	Monte Alegre	57	Casada	Empreendedora/ agricultora	Panificação
Rosa	Monte Alegre	49	Viúva	agricultora	hortifrutí orgânicos
Azaleia	Monte Alegre	38	Casada	agricultora	(produção de mel/ ervas)
Violeta	Monte Alegre	55	Casada	agricultora	SAF/ ervas
Jasmim	Monte Alegre	54	Casada	empreendedora/ agricultora	panificação/ ervas
Magnólia	Bela Vista	31	Casada	Empreendedora/ agricultora	bar e lanchonete
Lavanda	Bela Vista	67	Casada	agente comunitária/ agricultora	posto de saúde/ grãos
Margarida	Bela Vista	45	Divorciada	agente pública	secretaria de segurança alimentar de Araraquara
Tulipa	Monte Alegre	62	Casada	empreendedora	Panificação
Hortênsia	Bela Vista	47	Casada	agricultora	hortifrutí orgânicos
Begônia	Bela Vista	80	Viúva	agricultora	quintal/ grãos
Amarilis	Bela Vista	66	Separada	agricultora	hortifrutí/ grãos/ SAF

Fonte: Elaborado pelos autores. 2022.

## Resultados

A constituição de uma possível nova identidade política mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas põe em questão o alcance das mudanças no âmbito das relações de gênero. Medeiros (2008) aponta que as diferentes perspectivas sobre a mulher na reforma agrária e no meio rural podem revelar os avanços socioeconômicos, as formas de organização dos assentamentos e os acordos estabelecidos no interior dos lotes. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que pode contribuir

para uma mudança efetiva das relações entre os gêneros.

No entanto, apesar dessas estratégias e avanços, as respostas do Estado têm oscilado entre omissões, irrealizações, expressões de violência programada e sinais de alento. Há que se examinar o que, de fato, significa o conjunto de políticas públicas implementadas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária dirigidas à promoção da autonomia econômica, elemento indispensável para a superação das desigualdades que marcam as vidas das mulheres assentadas e de outras trabalhadoras rurais. Isso porque essas mudanças não se deram por uma política de outorga, mas, sem dúvidas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte interferiram decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas permeadas por relações de gênero fosse publicizada.

Nesse processo, apresenta-se uma pauta de políticas que podem fortalecer a condição de agricultura das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização da produção da agricultura familiar e acesso à documentação básica saem do campo das invisibilidades e se colocam como reivindicações a serem transformadas em direitos.

É comum o pensamento que considera a jornada de trabalho da mulher nas atividades rurais como reduzida ou secundária. Essa tendência é largamente reproduzida nos discursos quando afirmam que as “atividades prioritárias das mulheres são as domésticas e não necessariamente do roçado – mesmo tendo elas passado uma parte do tempo trabalhando junto aos homens” (GOMES, 2017).

Nesse ponto, a invisibilidade se dá pelo fato de haver um discurso naturalizado da interiorização da diferença da mulher. A dificuldade em distinguir seus trabalhos na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa subestima sua jornada de trabalho nas atividades agropecuárias (FERRANTE, 2011).

O papel da mulher nos dias atuais tem superado, em parte, aqueles que se consolidaram historicamente, acrescentando outros espaços que vêm conquistando além da esfera doméstica. Mudanças ocorrem e as mulheres parecem mais participativas, embora com timidez, nas tomadas de decisões tanto no ambiente familiar como na comunidade.

As políticas públicas não focam o segmento feminino, ainda que as mulheres busquem participar de projetos públicos voltados à produção ou instalação de equipamentos sociais, os obstáculos são inúmeros. Dessa forma, é importante entender como acontece a participação das mulheres nesses projetos e quais as dificuldades existentes para que consolidem, inclusive para que possamos identificar os caminhos para superação desses obstáculos e estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural

e de maior representatividade feminina.

No meio rural, as questões de gênero e do patriarcado ainda são muito marcadas. É muito difícil atuar no meio rural sendo mulher, seja no campo da produção, nos grupos de associações ou cooperativas ou no espaço do poder público. Quando pensamos sobre as mulheres emancipadas que estão na política ou que exercem algum papel de protagonismo, alguns questionamentos surgem sobre os caminhos e condições que as permitiram alcançar esta posição. Margarida, assentada e gestora pública entrevistada neste trabalho aponta que se destacam, sobremaneira, mulheres separadas, divorciadas ou viúvas.

Como poucas conseguem agir? Sobretudo são as divorciadas ou viúvas que conseguem interagir. Na história do Bela Vista, quem são as mulheres que estão na política ou que têm um papel de visibilidade diante da sociedade? A questão das mulheres no assentamento fica assim, se tiver um homem, elas vão ter muita dificuldade de ter protagonismo. (Margarida, Assentamento Bela Vista)

Historicamente, a participação de mulheres na reforma agrária é marcada pela lógica patriarcal diante das leis que priorizavam os homens, tendo como justificativa o critério do tamanho da família para fins de classificação de beneficiários, critério este desfavorável à mulher chefe de família, “uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dada a ausência de um adulto homem” (DERRE, 2004, p. 184).

O INCRA adotou ainda um sistema de pontuação onde o homem com idade entre 18 e 60 anos equivalia a 1(um) ponto, e a mulher na mesma faixa etária, 0,75 (DERRE, 2004). Somado a isso, os trabalhos realizados pelas mulheres também eram desfavoráveis, pois mantinham-se desvalorizados e invisibilizados. Essa visão patriarcal e discriminatória do órgão responsável pelos assentamentos rurais e de seus funcionários sobre a incapacidade da mulher gerir seu lote sem a presença de um homem resulta na naturalização da hierarquia do poder masculino nos grupos familiares e acarreta a falta de reconhecimento dos direitos econômicos e políticos da mulher.

Uma conquista importante da Marcha das Margaridas (BUTTO; HORA, 2008) foi a titulação do lote posta como direito das mulheres. A titulação conjunta e obrigatória da terra para pessoas casadas ou em união estável é regulamentada pela Portaria nº 981 de 2003 do INCRA, e em caso de separação, a terra ficará com a mulher, se esta mantiver a guarda dos filhos.

Carmen Deere (2004) destaca que o reconhecimento dos direitos das mulheres à terra apresenta grande importância em dois sentidos, o produtivista, com o objetivo de inserir a produtividade da mulher na dinâmica dos assentamentos, e o do empoderamento, garantindo direitos que podem

*Leal et al.*

umentar o poder de barganha das mulheres nas relações familiares e com a comunidade, colaborando, desta forma, para a diminuição da subordinação da mulher (DEERE, 2004).

Nesse contexto, a entrevistada Margarida afirma que consegue visualizar singelas mudanças ligadas à pauta da titulação, especialmente entre as mulheres mais novas e entre as que não são casadas, mas, ainda assim, prevalece a mulher invisibilizada por detrás do homem.

“Então de certa forma a gente vê algumas mudanças. É lenta, mas tem, e parte das mais novas. As mais velhas nessa questão da titulação você não vê uma mulher falando, a não ser as divorciadas, separadas e viúvas, o resto são eles, mesmo que os nomes delas venham primeiro. No título são as mulheres primeiro, mas não são elas que vão ter voz. É uma conquista, sim, a gente tem que continuar trabalhando nessa perspectiva, mas ainda falta que as decisões aconteçam de fato entre o casal, porque ainda impera o machismo onde é o homem quem sabe tudo”. (Silvani)

Outro ponto de importante discussão é a possibilidade de integração entre o assentado com a agroindústria, caracterizada por uma relação direta entre o fornecedor da matéria prima com a receptadora/processadora do produto, seja através de um contrato ou acordo, apresenta-se problemática (FERRANTE *et al*, 2022).

Os bloqueios aos quais se referem os autores estão relacionados à falta de condições adequadas dos fatores de produção como o tamanho dos lotes, a falta de assistência técnica, os financiamentos e a adoção dos pacotes tecnológicos, ou quando os mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a distribuir a produção dos assentamentos. Muitas vezes o assentado é reduzido somente a um produtor de excedentes numa economia altamente mercantilizada, ficando à mercê dos atravessadores e a dificuldade de acesso a diferentes tipos de canais de comercialização dá espaço para a inserção dos assentamentos no circuito de fornecedores de cana-de-açúcar para as agroindústrias.

A chamada parceria é posta, muitas vezes, como última saída para a permanência das assentadas e manutenção da área produtiva no lote, especialmente quando falamos de viúvas. Existe um apelo, seja das instituições governamentais ou mesmo dos familiares para que essas mulheres viúvas deixem seus lotes para irem viver na cidade, justificado pela falta de condições físicas para o trabalho na roça, pelo melhor acesso ao transporte e ao sistema de atendimento médico oferecidos nos centros urbanos.

Apesar de tantos obstáculos, essas mulheres escolhem ficar e encontram nas parcerias a forma de realizar a produção em uma grande área, recebendo recurso

para manter a produção do quintal, onde está a diversidade e muito do que se consome no dia-a-dia, e também o que lhes dá alegria, pois elas continuam vivendo e trabalhando na terra. É a representação de também poder desfrutar de algo que não tinham acesso até então. São questões não apenas ambientais ou econômicas que estão em jogo, mas subjetivas, psicológicas que devem ser consideradas e analisadas com cuidado e com olhares multifacetados.

Segundo Emma Silliprandi (2015), é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. São elas as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados. Assim, a opção pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e pela busca da alimentação saudável.

O repertório de saberes dessas mulheres compõe uma bagagem cultural que se projeta a partir da coletividade na qual a agricultora está imersa (TOLEDO; BARRERA BASSOLS, 2015). Esse conjunto de conhecimentos se torna um patrimônio, objeto de saber e de memória que, se empoderado pela comunidade ou parte dela, pode atrair pessoas interessadas neste patrimônio, favorecendo o turismo e a geração de renda para a comunidade.

Com o avanço da monocultura nos territórios rurais, iniciativas como as dos grupos de mulheres acompanhadas neste estudo, voltadas para uma agricultura sustentável e regenerativa, tornam possível manter nos espaços dos assentamentos a conservação das práticas e costumes tradicionais e a reapropriação das culturas locais ao se valorizar por exemplo o cultivo de ervas medicinais, PANC's, sementes crioulas e alimentos para o autoconsumo.

Dentre as unidades produtivas das mulheres acompanhadas nesta pesquisa, se desconsiderarmos as áreas que estão sendo manejadas em parcerias como a cana-de-açúcar, a soja ou o milho, ou então para pastagens, que são áreas "geridas pelos maridos", os espaços que consideramos produtivos que sobram são os quintais, e geralmente estão relacionados somente às mulheres. Nesses quintais vemos uma diversidade enorme de espécies de plantas.

Em relação à essa divisão da produção na propriedade rural é interessante destacar o trecho em que Violeta explica como isso ocorre nos acordos com seu marido e como é delimitado o espaço onde ela tem autonomia nas decisões relacionadas à produção:

"Aqui eu tenho a liberdade de plantar tudo as minhas plantinhas, ele não se mete não. Agora eu tenho uma notícia pra te dar, ganhei um brinde do meu marido. Do outro lado onde eu quero fazer a horta, tem uma outra parte que é extensão do meu quintal todo junto àquela área que está

plantada com capim e feijão lá na frente que eu plantei, com 10 metros de largura, meu marido me deu para plantar frutíferas lá. “Domingo passado mesmo meu marido pegou a bomba pra passar veneno e eu disse: Não joga veneno no meu quintal! Aí ele também não jogou. Tudo aqui eu arranco um matinho com as mãos ali, estou mudando também o manejo da terra, não estou mais carpindo, vou roçar e deixar o matinho sobre a terra, eu estou jogando folhas para não deixar a terra exposta, estou fazendo essas coisinhas para já ir preparando a terra para isso.” (Violeta, Assentamento Monte Alegre)

A formação de grupos de mulheres é essencial no processo de empoderamento que, partindo das perspectivas feministas, refere-se ao processo coletivo de conquista da autonomia. O conceito de empoderamento, enquanto instrumento e finalidade, evoca uma transformação social na qual os mecanismos que sustentam o machismo e o patriarcado sejam superados, possibilitando a igualdade de gênero. O empoderamento é uma forma de resistência e, portanto, implica no desenvolvimento de ações sociais (León, 2001; Saldanha Marinho & Gonçalves, 2016).

Ao observarmos a situação das mulheres, tanto no campo como na cidade, percebe-se uma base material e estrutural que produz dependência econômica, o que prejudica sobremaneira o acesso das mulheres aos bens sociais, favorecendo as desigualdades no que se refere às oportunidades. Há, portanto, uma estrutura social construída e “baseada no patriarcalismo que naturaliza a condição da mulher como não sujeito de direitos” (VERGO, 2014).

Durante as entrevistas, as participantes foram questionadas sobre o que elas entendiam por autonomia da mulher. Distintas foram as respostas dadas por elas. Muitas declararam ter total autonomia, outras indicaram uma autonomia parcial. Em destaque um trecho da fala de uma das entrevistadas sobre a condição das mulheres do campo e a importância da autonomia financeira.

Primeiro que começa inclusive no pensamento da mulher, de poder pensar por ela mesmo, de poder expressar seus pensamentos. Quando você tem clareza no seu pensamento para dizer, você consegue ter autonomia para outras coisas. E nem sempre, e aí eu vou falar das mulheres do campo, elas não têm nem essa autonomia de poder pensar por si só. Somos educadas nas escolas, estamos falando disso ainda, mas na vida ainda falta a gente viver isso. Pensar a respeito e querer essa autonomia de fato. Autonomia financeira. É impossível a gente falar de qualquer outra autonomia se não tiver dinheiro pra poder comprar um livro, um batom, e não poder comprar porque não tem autonomia e tem que pedir para o marido. Criar uma galinha e querer vender, e mesmo assim também ter que pedir para alguém. Acho que autonomia financeira é fundamental.

Então, é a autonomia intelectual, e as mulheres têm que ter autonomia financeira pra gente conseguir ir mudando tudo isso. Autonomia é também poder ir e vir sem ter alguém julgando ou dizendo sobre mim. Acho que é não ser dependente de nada, ou a dependência que você quiser, ser dependente de algo porque quer, e não ser levada a ser dependente. (Margarida, Assentamento Bela Vista)

Outro trecho da entrevista indica a necessidade de romper com as ideias que nos foram impostas pela sociedade patriarcal e que, mesmo pessoas que têm conhecimentos profundos sobre as questões de gênero precisam enfrentar diariamente os conflitos e contradições entre a razão e o exercício na prática dessa desconstrução.

“A gente está desconstruindo todas as ideias do que a gente não é, e construindo essa nova mulher. Mas eu não faço isso instantaneamente, eu faço isso todo dia. Todo dia eu tenho que dizer pra mim mesma, vai porque você pode. Quando um homem diz pra você que você não pode, e você sente que não está conseguindo porque tem que fazer três vezes mais porque você é mulher, você tem que desconstruir isso todos os dias e dizer pra si mesma, você é mulher, você é igual, você pode! Pra mim tem um peso isso. E pra que lutar? Porque eu tenho uma filha e não quero que ela se sinta assim. Mesmo eu ensinando a minha filha a ser uma mulher autônoma, empoderada, eu cometo erros com ela. Eu também pratico o machismo, muitas vezes eu desempodero. E como que eu faço? Eu reflito, eu preciso assumir meus erros. A gente tem que se avaliar o tempo todo”. (Margarida, Assentamento Bela Vista)

Apesar da determinação e criatividade das mulheres em lutar por sua autonomia, muitas encontram restrições para consegui-la. Em geral, seu acesso a uma atividade remunerada é restrito seja pelos costumes, que impõem a autorização de algum homem da família (pai, marido, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, seja porque as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica as mulheres sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado (BUTTO *Et al.* 2014).

Nunca deixei de produzir no lote, sempre conciliava tudo. Tanto é que minha casa nunca ficou em dia, impecável, nunca fui só dona de casa, mas também nunca deixei de fazer o que precisava. Fazia as tarefas de casa e trabalhava fora também. Mas tudo valia a pena pra eu ter a minha

liberdade. Nunca teve divisão das tarefas domésticas. As minhas crianças desde pequenas sempre me ajudaram, mas o marido nunca participou. Minhas meninas desde muito cedo sempre me ajudaram muito, sempre ensinei a fazer as coisas da casa, mas nunca tive ajuda da parte dele. Autonomia acho que é uma liberdade de poder fazer, plantar, poder ir e vir. É liberdade. Eu sinto que eu tenho. Que foi uma conquista minha. Precisa insistir, resistir e acreditar que a gente é capaz, que é para o bem de todos, não é só pra mim. Eu acho que conquistei minha autonomia desde os tempos do acampamento, que no dia seguinte que eu mudei pro acampamento já estavam batendo na minha porta pra ir pra porta da prefeitura. E eu sempre no meio das lutas, e depois eu parti pra produção e sempre estive a frente de tudo. Eu comecei meu trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e comecei a sonhar com outras 29 mulheres. O grupo formado por mulheres brigou muito pela escola. Eu não perdi a esperança e comecei a sonhar então que teríamos agentes comunitários, médico da família... Faz 21 anos que temos o postinho aqui. (Lavanda, Assentamento Bela Vista)

A participação de mulheres em posições de liderança ajuda a dar voz à outras mulheres que se sentem representadas perante a sociedade, mas por outro lado, também desencadeia uma série de enfrentamentos imposto pelo sistema patriarcal. Com o destaque de mulheres como lideranças e de grupos de mulheres, alguns homens do assentamento, especialmente maridos dessas mulheres, se colocaram contra e muitas foram proibidas por seus companheiros de seguir com as atividades do grupo.

Os maridos “machões” não deixavam, né? O meu falava: reunião pra quê? Aí elas foram saindo e eu fui ficando sozinha porque nenhum marido queria e elas não resistiram. Eu bati o pé e permaneci porque eu não estava buscando só pra mim, era para todos. Porque aqui é o paraíso, e cada benfeitoria que pudesse trazer pra cá era um ganho a mais. (Lavanda, Assentamento Bela Vista)

Uma das entrevistadas do P.A. Bela Vista apresenta um vasto histórico de protagonismo na luta pela terra, pelas melhorias para o assentamento e para a comunidade, e sempre esteve à frente representando o coletivo nos diálogos com os representantes da administração pública. Ela dedicou grande parte de sua vida trabalhando em prol do assentamento e buscou, a partir da união com outras mulheres, lutar pelos direitos dos assentados. Ela tem voz na comunidade e nos espaços públicos, mas é silenciada pelo seu marido no espaço familiar, como presenciamos diversas vezes durante as entrevistas que aconteceram em sua residência. Todas as vezes que seu marido estava por perto, ela diminuía

o tom de voz e abaixava a cabeça, para que ele não escutasse o que ela dizia.

De acordo com outra entrevistada, dentro dos grupos de mulheres elas têm mais voz e empoderamento para decidir o que é melhor para trabalhar, como indicado num trecho onde ela fala sobre a escolha por um grupo exclusivamente feminino:

“[...] tive o prazer de conviver em Simpósio com grupos que eram mistos, mas se alavancou quando se tornou formados só por Mulheres e hoje estão dominando em suas áreas que atuam. Eu me sinto bem porque ouço e faço ser ouvida também e trabalhamos em conjunto, trabalhamos sério e nos divertimos muito”. (Jasmim, Assentamento Monte Alegre)

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade delas de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira. A remuneração não é a única fonte de autonomia; esta depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. As mulheres produzem riquezas não monetárias que são redistribuídas diretamente, que não passam pelo sistema financeiro formal - desde pequenas elas dedicam grande parte de seu tempo para a satisfação das necessidades da sociedade, como o cuidar dos membros de suas famílias e de suas comunidades.

A participação em grupos exclusivamente femininos é vista como oportunidade para que as mulheres sejam ouvidas e consigam se desvencilhar do controle masculino sobre elas. O objetivo apontado por uma das integrantes da Rede de Mulheres que a levou a fazer parte do grupo está relacionado a escapar do machismo em busca de maior independência.

“Estou participando pela primeira vez de um grupo só de mulheres. Espero aprender andar com meus próprios pés. Não dependendo de um nome masculino pra me representar. A diferença é que não predomina o machismo; os homens, mesmo de forma camuflada, procuram tirar vantagens sobre as mulheres”. (Violeta, Assentamento Monte Alegre)

O estudo contínuo em campo com os grupos de mulheres possibilitou acompanhar as mudanças que ocorreram nas vidas das participantes. É notória a transformação das mulheres no decorrer das atividades dos grupos, o entusiasmo com novos projetos e a valorização do próprio trabalho, entendendo a importância da união das mulheres.

“O grupo RAMAS pra mim veio na hora certa na minha vida, me deu mais ânimo e coragem pra continuar com o meu sonho de trabalhar na terra

e transformar o meu sítio em um lugar agroecológico, de visitação para as pessoas curtirem a natureza e eu poder mostrar o meu trabalho. Acho que juntas fica mais fácil, uma ajudando a outra.” (Violeta, Assentamento Monte Alegre)

Na dissertação de Racy (2020) a autora conclui sobre as organizações de mulheres Associação das Mulheres Camponesas em Ação - AMCA e Associação das Mulheres do Monte Alegre - AMA, dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, indicando os aspectos das conquistas da luta feminista frente aos obstáculos da sociedade patriarcal:

“[...]as associações apresentam-se como vetores de liberdade para as mulheres: tanto para suavizar os gastos e burocracias quanto para o fortalecimento da luta feminista camponesa frente ao machismo patriarcal e a divisão sexual do trabalho nos lares. No entanto, mesmo com todas as conquistas, ainda aparecem cerceadas pelas burocracias e engessamento do aparato estatal, do qual deriva a dependência como obstáculo para as mulheres na sociedade regida pelo capital” (RACY, 2020)

A conquista recente da AMCA é exemplo do avanço dos grupos de mulheres. A associação concorreu ao orçamento participativo de Araraquara e foi contemplada com o recurso para a construção de uma padaria no assentamento.

“Agora com a nossa conquista da nossa padaria, que foi muito difícil de conseguir porque é difícil contar com o pessoal daqui do assentamento. Estávamos concorrendo com as mulheres da cidade e com as do Monte Alegre que queriam a ampliação da “Padoka”. Fizemos uma campanha, vídeos contando a nossa história, e conseguimos. Ganhamos tudo, o material, a mão de obra, os equipamentos”. (Lavanda, Assentamento Bela Vista)

A busca da construção da autonomia feminina passa pela autonomia financeira, mas não se resume a ela. A autonomia que buscamos se trata de algo maior relacionado à liberdade. Liberdade para agir, pensar, decidir como fazer, o que fazer e quando fazer. Essa liberdade trata-se, na prática, de querer fazer algo sem que haja impedimentos ou restrições.

Portanto, além da autonomia financeira, a autonomia também está ligada à condição da mulher, porque ela pode decidir por si só o que fazer, mas não ter condição de executar na prática por diversos motivos, como, por exemplo, a falta de infraestrutura, de condições físicas, monetárias ou até mesmo por falta de acesso ao conhecimento.

## Conclusões

Os conceitos encontrados na literatura sobre autonomia para as mulheres são, em grande parte, relacionados às questões econômicas, presumivelmente devido à falta de suporte financeiro para a conquista da autonomia. Neste trabalho, utiliza-se como referência de autonomia da mulher rural a possibilidade de emancipação e empoderamento para além da autonomia econômica, num processo relacional não linear, com avanços e retrocessos, permeado por tensões, levando-se em conta as dimensões estruturantes do modelo patriarcal da sociedade e da família nos assentamentos. Foram analisadas boas práticas de mulheres que sinalizam a autonomia. Porém, essas mulheres empoderadas, capazes de participar mais ativamente em suas comunidades não constituem a maioria nos assentamentos.

Dentre as mulheres selecionadas que compõem o eixo analítico predominante da tese, foi possível detectar expressões de autonomia, momentos de trocas e fortalecimento dos saberes, especialmente quando nos referimos às participantes dos grupos formados por mulheres, onde elas têm maior liberdade para falar e serem ouvidas, onde dividem planos, expectativas e frustrações, criam laços de amizade e de trabalho que geram novos caminhos para o empoderamento, atitudes que lhes permitem ter mais controle de suas próprias vidas. Essas relações formadas nos grupos de mulheres favorecem novas sociabilidades que contribuem sobremaneira para a maior visibilidade do trabalho das mulheres.

A invisibilidade do papel das mulheres é uma barreira às vezes ultrapassada com a participação delas em grupos produtivos e associações, onde podem conseguir destaque e reconhecimento dos resultados de seus trabalhos. Como foi possível identificar no decorrer desta pesquisa, há mulheres assentadas – o que não pode ser generalizado – ocupando novos espaços, em posições de protagonismo e buscando a valorização do trabalho da mulher.

Entretanto, na contramão da construção da autonomia temos a cruel realidade de violência contra as mulheres no meio rural, onde o machismo e o patriarcado são ainda mais arraigados. Durante as inúmeras conversas com as mulheres dos assentamentos, diversas foram as histórias narradas onde pudemos identificar algum tipo de violência sofrida por elas. Alguns casos elas não descreviam como violência, mas como algo rotineiro, comum e aceitável, outros ainda elas se colocavam como as responsáveis por sofrerem tais violências.

A conquista da autonomia enfrenta obstáculos no recorte patriarcal constatado também na legislação e na prática nos assentamentos rurais. A outorga da titulação conjunta, por exemplo, não se transformou em uma igualdade de direitos no acesso a créditos, nas decisões relativas à produção e comercialização, com raras exceções.

A pesquisa não trabalhou com a construção da autonomia como uma

realização absoluta, mas considerou situações em que ela não chega a ser concretizada pela estrutura patriarcal. Entretanto, existem conquistas salientadas no estudo que indicam perspectivas de valorização da autonomia a partir do trabalho e das ações das mulheres assentadas.

Há fatores de restrição à autonomia das mulheres, na medida em que há impedimentos para maior dedicação de tempo para a atuação na produção e na comercialização. Entrevistas feitas com assentadas com diferentes perfis e condições mostraram que algumas compreendem a sua atuação na produção como um trabalho e não como ajuda a outros membros da família. Elas entendem a importância dos seus papéis na produção e geração de renda.

Vê-se uma perspectiva positiva no sentido da conquista dos espaços produtivos dentro dos lotes e também nos espaços de tomadas de decisões, a partir de iniciativas voltadas à produção de base agroecológica pelas assentadas. Existem espaços que mostram claramente que são expressões de autonomia das mulheres, como o cultivo das hortaliças, o cuidado dos quintais produtivos e a produção não agrícola, envolvendo especialmente a panificação e o artesanato.

Contrariando a subestimação do trabalho das mulheres, constata-se que as assentadas atuam fortemente nas atividades produtivas, especialmente como afirmado, nos quintais produtivos, na criação de pequenos animais, e também na produção não agrícola. Diante do cenário de desvalorização do trabalho da mulher nas atividades agrícolas tradicionais, a alternativa das atividades consideradas não agrícolas pode viabilizar uma liberdade financeira, mesmo que parcial, para as mulheres assentadas, e que pode favorecer também a conquista da autonomia.

A formação do grupo de mulheres contribui fortemente para a construção da autonomia feminina. Não podemos afirmar que acontece a autonomia financeira em todos os casos porque esta depende de muitos outros fatores como estruturas, capacitações, conhecimentos de gestão e marketing, mas podemos afirmar que as mulheres que fazem parte de um grupo com outras mulheres desenvolvem outras autonomias no sentido de liberdade de pensar e fala.

Conquistam um “lugar de fala”, de desenvolver seu próprio trabalho, ser remunerada e decidir o que fazer com o recurso recebido; de escolher ter um tempo para si mesma, seja para se capacitar ou para confraternizar (o que os homens costumam fazer sem precisar de permissão da esposa, e elas, quando têm a oportunidade, são mal vistas ou deixam de ir por terem muitos afazeres em casa com os cuidados da família). O grupo tem mais voz diante de discussões na comunidade e abre caminho para que as mulheres apresentem seus trabalhos em feiras e eventos, ampliando suas redes de contatos e surgindo novas sociabilidades, desfazendo, mesmo que aos poucos, as amarras do patriarcado.

Portanto, a formação de grupos de mulheres favorece a construção de

autonomias para além da financeira, o que tem se tornado possível a partir do desenvolvimento de redes de apoio e da conscientização da importância do trabalho dessas mulheres para a sociedade.

É notório que se trata de uma realidade que não é percebida na maioria dos lotes, mas que, ao se tornar concreta, pode ser tomada como exemplo de que a conquista da autonomia entra no campo das possibilidades vivenciadas pelas mulheres assentadas.

## Referências

ALEIXO, S. S.; FILIPAK, A.; PAES, XISTO, A. M. B.. O uso de mapas mentais como metodologia para o desenvolvimento da transição agroecológica e da autonomia econômica de mulheres rurais. In: **Agroecologia, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

BEZERRA, D. M.; PINHEIRO, H. D. S.; MELO JUNIOR, L. C. M.. Relações de Gênero no Meio Rural: o Papel da Mulher na Agricultura Familiar da Comunidade Vila Nova, Capanema, Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**. v. 13. n. 2. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/2> Acesso em set. 2024.

BUTTO A.; FARIA N.; HORA K.; DANTAS C.; NOBRE M. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2014.

DERRE, C.; LÉON, M.. **O Empoderamento da Mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2002.

DEERE, C. D. Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1. Abril/2004.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. "É sempre bom ter o nosso dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **RESR**. Piracicaba, São Paulo, v. 52, N° 01, p. 009-024, jan./mar., 2014.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY O. J.; QUEDA O.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O presente e o futuro dos assentamentos rurais: dilemas e ressignificações. **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 25 N.1, 2022.

FERRANTE, V. L. S. B.. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e

engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 195-216.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.

FISCHER, I. R. A Participação da Mulher no Orçamento Familiar. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2002, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002, 12 p. 2002.

FILIPAK, As. políticas públicas para mulheres no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista. Marília, 2017.

FREITAS, G. M. Quintais Produtivos: Expressões de Resistência das Mulheres Assentadas em Territórios de Monocultura. 2022. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente). Universidade de Araraquara – UNIARA. Araraquara. 2022.

GODINHO, M. do C. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na Prefeitura de São Paulo**. Tese (Doutorado), PUC SP, 2007.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Fazendo Gênero*, 10. Desafios atuais do feminismo. 2013, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660\\_A\\_RQUIVO\\_ArtigoFazendogenerofinal.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_A_RQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf). Acesso em: Jun. 2021.

LEAL, L.S. G., FILIPAK, A.; DUVAL, H.C; FERRAZ, J. M.; FERRANTE, V. L. B. (2020). Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade**, v.7, n.14, p.31-54. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9076>. Acesso em: set. 2024.

LEÓN, M. **El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tecer mundos em los estúdios de género**. *La Ventana*, 2(13), 94-106. 2001.

MACCALÓZ, S. M. P.; MELO, H. P. A reforma da previdência e a condição feminina. **Revista AJUFE**, São Paulo, v. 15, n. 53, p. 29-42, jan. /fev. 1997. MAPA; EMBRAPA; IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais. EMBRAPA, 2020. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheresrurais>. Acesso em 22 out. 2021.

MENASCHE, R.; BELEM, R. C. Gênero e agricultura familiar: trabalho e vida na produção de leite do sul do Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 17, n. 17, p. 135-142, 1998. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NASCIMENTO, D. A. S.; MOTA, D. M. O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres, **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Enero. 2019.

Rohden, V.. A crítica da razão prática e o estoicismo. **Dois pontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 2, n. 2, p.157-173, outubro, 2005.

RACY, E. Da resistência às conquistas: mulheres assentadas e a busca por autonomia. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara-UNIARA. Araraquara. 2020.

Saldanha Marinho, P. Al., & Gonçalves, H. S.. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudos Sociais**, (56), p. 80-90. 2016.

SALES, C. M. V.. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis. V. 15. N° 2.. P. 437-443. Maio-agosto, 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 20(2), p. 71-99, 1995.

SEN. A .K. **Development as freedom**. New York: Oxford University Press, 1999.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Mulheres. Florianópolis, 2010.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281-301.

Leal *et al.*

TERSSAC, G. de. Autonomie. *In*: BEVORT, A.; JOBERT, A.; LALLEMENT M.; MIAS, A. (Org.). **Dictionnaire du travail**. 1ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, Collection: Quadrige dicos poche. 2012. p. 49-53.

TOLEDO, V. M. e BASSOLS, N.B. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VERGO, T. M. W. Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres. **Redor** - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero. UFRPE/Recife. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/696/765>. Acesso em: 12 dez. 2022.